

# Programas de inclusão como porta de entrada para o ensino regular: o caso do Programa Mulheres Mil

**André Valente de Barros Barreto**

IFSP – Campus Capivari

**avbbarreto@hotmail.com**

## Resumo

O objetivo deste trabalho é mostrar a importância das ações afirmativas como porta de entrada para o ensino formal de setores da população historicamente excluídos. É o caso do *Mulheres Mil*, programa do governo federal instituído em 2011 e desenvolvido atualmente em 112 campus dos Institutos Federais de Educação, em todo o país. Voltado para o atendimento de mulheres adultas em situação de vulnerabilidade social, o programa tem por objetivo promover o acesso à educação e ao mundo do trabalho por meio de formação profissionalizante de curta duração. Os efeitos desse programa, porém, vão muito além destes objetivos oficiais. A experiência da qual participamos mostrou que uma de suas mais importantes consequências é o resgate da autoestima de mulheres que rompem com o círculo vicioso em que se encontravam e reorganizam suas vidas em termos pessoais e profissionais tendo a retomada da educação formal como carro chefe desse processo.

**Palavras chave:** ações afirmativas, mulheres mil, extensão, ensino

## A experiência do Programa Mulheres Mil

São muitos os programas federais voltados ao atendimento de parcelas específicas da população e com objetivo definido. Um deles é o Programa Mulheres Mil, iniciado pelo governo federal em 2011 e ainda em curso, e cuja execução compete aos Institutos Federais de Educação. Trata-se de um importante programa de ação afirmativa de inclusão de mulheres em situação de vulnerabilidade social.

É sabido que as mulheres constituem uma parcela da população historicamente mais penalizada pelos rumos tortuosos e descontínuos do processo de desenvolvimento social brasileiro. Durante séculos a mulher brasileira esteve excluída do processo de educação, trabalho e cidadania devido às relações patriarcais e sexistas que marcam nossa história. Nesse contexto, a educação formal era prioridade para os homens, enquanto para as mulheres bastava o preparo para assumir os cuidados com a família e a casa (NOGUEIRA, 2004). Se isso cabia às mulheres em geral, tornava-se ainda pior para as mulheres de baixa renda. São elas quem primeiro deixa a escola regular, seja para cuidar da casa e dos filhos, diante de uma gravidez não planejada, seja para lutar pela sobrevivência econômica em atividades de baixa qualificação. Penalizadas pela falta de estrutura social e familiar, acabam deixando de lado a perspectiva de uma formação mais qualificada (DUPAS, 1999).

Aquelas que se tornam donas de casa em tempo integral, não raro, acabam entrando em um circuito vicioso de difícil rompimento em que a mulher, ao abandonar os estudos e trabalhar em casa sem remuneração, torna-se dependente financeiramente do companheiro, reforçando o quadro inicial do qual muito dificilmente consegue sair. Muitas delas se tornam vítimas de violência doméstica, a qual suportam exatamente por não terem nenhuma perspectiva de autonomia profissional e financeira.

Aquelas que trabalham fora, enfrentam as dificuldades de, sozinhas, educar os filhos e, pouco amparadas pelo poder público que não oferece creches suficientes para que possam se dedicar melhor ao trabalho, acabam não conseguindo melhorar sua qualificação e romper com o subemprego (NOGUEIRA, 2004).

Nesta perspectiva, o Programa Nacional Mulheres Mil é uma proposta que visa responder aos desafios acima elencados, aliando a educação ao trabalho para minimizar os problemas sociais em comunidades de baixo índice de desenvolvimento humano.

O Instituto Federal de Goiás, em seu campus Anápolis, aderiu ao programa em 2012. Inscreveram-se mulheres cujas histórias de vida, salvo as notórias particularidades, podem ser sintetizadas pelos quadros acima esboçados. A opção por atender a esse público mostra-se, assim, extremamente feliz, criando oportunidades para mulheres carentes e que dificilmente encontram um programa desenhado especialmente para elas, capaz de cuidar da qualificação escolar e profissional sem se esquecer das condições histórico-emocionais em que se encontram, isto é, capaz de ter um foco técnico sem se esquecer do foco humano, algo não muito comum nas políticas públicas brasileiras.

Vale destacar que um dos pontos fortes do programa é justamente sua metodologia, especialmente desenvolvida para atender a esse público, contando com o trabalho de uma equipe multidisciplinar que atua segundo o modelo acesso-permanência-êxito. Estas três

etapas do programa exigem ações específicas, cada uma delas buscando atender aos complexos desafios em pauta (MEC, 2015). O acesso é momento crucial, seja porque a maioria das mulheres jamais pensou sequer entrar no campus de um IF, seja porque, longe da escola há muitos anos, temem novamente enfrentar uma sala de aula, ambas situações decorrentes de uma condição muito comum: a baixa autoestima. Daí a importância do acompanhamento ao longo do programa, etapa da permanência, quando muitas sentem-se incapazes diante dos primeiros desafios ou ainda enfrentam resistências dentro de suas próprias casas. Por fim, a conclusão do curso profissionalizante e o encaminhamento ao mercado de trabalho, momento que exige uma grande articulação com os setores produtivos e sobre o qual temos baixo poder de influência.

Todas estas etapas despertam na equipe envolvida grandes dúvidas e angústias. Quero, porém, deter-me aqui na última etapa, aquela em que se avalia o êxito do programa. Afinal, o que é considerado êxito? É fato que o programa considera êxito a conclusão do curso e a conquista de um emprego na área da formação profissional. Pensamos porém, a partir de nossa experiência, que a ideia de êxito aqui deva ser ampliada. No geral, deparamo-nos com as seguintes situações ao longo do programa:

1. mulheres que simplesmente abandonam o curso (consideram as aulas difíceis, seus maridos ou filhos as forçam a desistir, ficam doentes etc);
2. mulheres que abandonam o curso porque encontram emprego no seu decorrer;
3. mulheres que concluem o curso mas não buscam trabalho (em geral entram em novo curso);
4. mulheres que seguem até o fim e conseguem trabalho na área profissionalizante do programa;
5. por fim, mulheres que terminam o curso, mas decidiam retomar o estudo formal.

Seria impossível aqui e fora do meu propósito, discorrer adequadamente sobre cada uma das situações listadas, mas entendo que, de alguma forma, com exceção da primeira situação, todas as demais podem ser consideradas exitosas, embora esse êxito necessite ser devidamente diferenciado em função inclusive da situação particular de cada uma das mulheres envolvidas.

De todos esse “êxitos”, porém, quero aqui me deter naquele que considero o maior de todos, exatamente o último. Para a equipe multidisciplinar responsável pelo programa foi uma grata surpresa, ao final do curso, ouvir de algumas mulheres que não queriam procurar emprego na área profissionalizante porque planejavam retomar os estudos formais, algumas delas pretendendo formação superior. O que, num primeiro momento, poderia ser interpretado como não êxito, já que as alunas não investiriam na área profissionalizante cursada, sinalizava para nós um grande êxito, pois nos mostrava que o programa foi tão impactante que possibilitou a abertura de novos horizontes, ao ponto de muitas repensarem suas vidas e pleitearem planos de médio ou mesmo longo prazo. Ou seja, mulheres que antes não tinham perspectiva de vida senão a de ficaram confinadas em suas casas como mães e esposas, agora pensam na possibilidade de ter uma formação superior. O programa para elas foi muito além (assim considero) da conquista de um novo emprego. Provocou uma verdadeira revolução em suas vidas, um verdadeiro divisor de águas.

Assim, tivemos alunas que decidiram se alfabetizar (o programa não exige escolaridade mínima) e cursar o supletivo fundamental da rede municipal. Outras, que se inscreveram na modalidade Proeja. Por fim, tivemos mulheres que prestaram o vestibular, passaram e se tornaram alunas regulares em licenciatura, nos dois últimos casos, no próprio Instituto Federal

de Goiás.

Esse fato nos fez repensar o conceito de êxito do programa e concluir que ele vai além daquilo que o próprio programa almeja. Obter uma formação profissionalizante e conquistar um emprego nessa área é algo muito importante, mas reconquistar a capacidade de sonhar e transformar a própria vida é algo que me parece maior, mesmo que os frutos demorem mais a vir.

Nesse sentido, para essas mulheres, o programa de extensão denominado Mulheres Mil, executado pelo IFG, foi a porta de (re)entrada para o ensino formal e a consequente mudança de vida a que se deram o direito de buscar. Foi ali, seja nas aulas do curso, seja nas conversas nos intervalos ou talvez na simples descoberta de que tinham o direito de estarem lá como alunas do IFG, que algumas delas conseguiram olhar além e ver que suas vidas poderiam mudar de forma bastante radical a partir daquela experiência. Isso me mostrou quão importantes são as atividades de extensão e como podem ser porta de entrada para o ensino regular, seja nos IFs, seja fora deles. Sua importância maior, a meu ver, reside no fato de que a extensão é capaz de alcançar parcelas da população que têm maiores dificuldades para romper os circuitos viciosos a que estão presas, como bem mostra o caso do Programa Mulheres Mil. Isso significa que uma boa articulação entre extensão e ensino pode ser um importante instrumento dos IFs na busca de uma de suas mais caras missões, a saber, promover desenvolvimento social local, contribuindo para a melhoria de vida da população da região em que se encontra (PACHECO, 2015). É certo que tanto a extensão quanto a pesquisa engatinham na rede dos IFs, sendo ainda vistas como complementos da carga horária docente, algo profundamente equivocado. É mais certo ainda que a superação dessa visão limitada tem um enorme potencial não apenas que fortalecer a extensão e a pesquisa, como o próprio ensino, especialmente se lermos com atenção que tipo de discentes nos propomos a formar na nossa nada modesta e simples missão institucional.

## Agradecimentos e apoios

Quero agradecer aos colegas, docentes e técnico-administrativos, do campus Anápolis do IFG que participaram do programa, aos parceiros institucionais que não economizaram esforços para fazer dele um sucesso e principalmente às mulheres, verdadeiras protagonistas, e que nos ensinaram mais do que aprenderam.

## Referências

- BARROS, R. P., Henriques, R., Mendonça, R. Desigualdade e Pobreza no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. V. 15, n 42, fevereiro/2000.
- CURY, Carlos Roberto Jamil. Políticas inclusivas e compensatórias na educação básica. Fundação Carlos Chagas, **Cadernos de Pesquisa**. V. 35, n 124, São Paulo, jan/abr 2005.
- DUPAS, Gilberto. **Economia global e exclusão social: pobreza, desemprego, Estado e o futuro do capitalismo**. 2. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1999.
- MEC. Sítio eletrônico do Programa Nacional Mulheres Mil. In <http://mulheresmil.mec.gov.br/>. Acessado em: 14 de julho de 2015.
- NOGUEIRA, Claudia Mazzei. **A feminização no mundo do trabalho – entre a emancipação e a precarização**. Campinas: Autores Associados, 2004.
- OIT. Organização Internacional do Trabalho. **Manual de capacitação e informação sobre**

**gênero, raça, pobreza e emprego: Módulo 1.** Brasília: OIT, 2005.

PACHECO, Eliezer. Os Institutos Federais uma revolução na educação profissional e tecnológica. *In:* [http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/insti\\_evolucao.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/insti_evolucao.pdf). Acessado em: 17 de julho de 2015.

SAFFIOTI, H. I. B.; VARGAS, M. **Mulher brasileira é assim.** Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1994.